

**A CRIAÇÃO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS E DO PROGRAMA  
PONTOS DE MEMÓRIA: UMA ANÁLISE SOBRE DISCURSO E PRÁTICA**

Robson de Santana

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de  
Pernambuco (PPGH-UFPE)

E-mail: [robson-historia@hotmail.com](mailto:robson-historia@hotmail.com)

## **INTRODUÇÃO**

A relação entre memória e história se dá de uma forma em que ressignificações tendem a ser produzidas, pois a memória é uma recriação constante do presente, do passado enquanto representação, enquanto imagem impressa em nossas mentes, cabendo a história, através de sua função crítica, elaborar uma nova leitura dessa memória. Os museus enquanto instituições de memória, por se tratarem de espaços de reflexão, educação e informação precisam acompanhar as mudanças ocorridas na historiografia.

Os bens culturais museológicos, também conhecidos como acervos museológicos, também fizeram parte dessa nova multiplicidade documental. Apesar dos museus não serem instituições surgidas a partir das mais novas discussões historiográficas, acompanharam algumas das mudanças ocorridas no olhar para e sobre o passado, de uma memória nacional completamente galgada em uma visão elitista da história, privilegiando-se os personagens e fatos históricos considerados de maior relevância, desprezando-se um pensamento crítico, onde o passado deveria ser glorificado e não criticado para de um espaço que, aos poucos, vai integrando a ideia de pluralidade das memórias. Para Myrian Sepúlveda dos Santos,

A memória que encontramos nos museus é uma memória coletiva, resultado da consolidação de diversos discursos, é uma memória que utiliza autenticidade da cultura material e narrativas da História, procurando proporcionar continuidade e segurança frente às inconstâncias da vida moderna. (2004, p. 4)

A institucionalização da memória museológica no Brasil começa de forma mais específica a partir da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, proporcionando “um marco no processo de institucionalização de uma política para o patrimônio cultural no país.” (JULIÃO, 2006. p. 23). Tal instituição foi criada através do Decreto-lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937, como uma nova organização ao antigo Ministério da Educação e Saúde Pública, no Capítulo III, Seção III, dos serviços a educação:

Artigo 46º - Fica criado o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional. (IPHAN, 1937)

Especificamente sobre os museus, o decreto diz que:

§ 3º O Museu Histórico Nacional, o Museu Nacional de Belas-Artes e outros museus nacionais de coisas históricas ou artísticas, que forem criados, cooperarão nas atividades do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pela forma que for estabelecida em regulamento. (IPHAN, 1937)

A partir da década de 1970 os discursos que envolvem uma maior diversidade de narrativas nos museus na América Latina ganham cada vez mais notoriedade. O que se chamará de Museologia Social passa a basilar os novos discursos sobre os novos usos dos museus, “quando o ICOM (Conselho Internacional de Museus) assumiu o papel de iniciador das novas exigências de utilidade social dos museus e do patrimônio” (POULOT, 2013, p. 17). A mesa redonda da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) de 1972, em Santiago do Chile, trará à tona o caráter social do museu. Alguns dos principais temas debatidos em Santiago se relacionam ao chamado museu integral e ao museu enquanto instrumento de mudança social, ao tradicionalismo ainda presente nos museus latino-americanos que seguiam um padrão museológico típico do mundo industrializado e das discussões acerca do que veio a se chamar de “ecomuseus”<sup>1</sup>. Santiago deixa como um dos seus principais legados os

---

<sup>1</sup> O ecomuseu é “inventado” no momento em que um novo discurso sobre a ideia antropológica de cultura é formulado, o momento da disseminação de uma contracultura, e da emancipação da cultura popular na Europa” (BRULON, 2015, p. 273) [...] Surge em um momento em que “A cultura no sentido antropológico do termo se sobrepõe à cultura erudita das elites, que até então dominava a cena dos museus”. (BRULON, 2015, p. 274 ). Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132015000200267](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132015000200267) . Acessado em: 17 de maio de 2019.

pré-requisitos necessários para uma maior autonomia dos museus latino-americanos, tão ligados às diretrizes europeias, e à criação dos chamados museus comunitários que abarcam a participação direta da comunidade nessas instituições, dando ao museu uma função social ainda maior do que vista antes.

A UNESCO ficará com a responsabilidade de atender às recomendações sugeridas pelo seminário para uma melhor efetivação dos museus integrais na América Latina. Nas décadas de 1960 e 1970, por influência das mudanças sociais, políticas e culturais da época, muitos intelectuais passam a criticar o SPHAN, surgindo em 1979 o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), sob a administração de Aloísio Magalhães, não havendo a instauração de um novo decreto-lei, apenas a mudança da sigla e das perspectivas da instituição, adotando uma ideia dita mais pluralista e tendo produções culturais de segmentos populares, como negros e índios, preservados por esse órgão.

Nas décadas de 1980 e 1990, o IPHAN passa a ver nos grupos étnicos e sociais construtores da História, utilizando um discurso de que havia uma necessidade de uma maior participação de forma direta desses grupos na construção da cultura nacional. Apesar de contemplados nas diretrizes que regiam o IPHAN, os museus brasileiros não tinham política específica e nem de um desenvolvimento de valorização da gestão. O governo Lula (2003-2010) retoma os investimentos estatais no que diz respeito às políticas culturais, com a elaboração do Sistema Nacional de Cultura, Sistema Nacional de Informações Culturais, o Plano Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Museus.

A Política Nacional de Museus (PNM), primeiro documento que estabelece as diretrizes conceituais do papel dos museus e do direito à memória da sociedade brasileira, foi construída com a participação de boa parte do setor museológico do país no ano de 2002 e lançada no dia 16 de maio de 2003. A PNM será um dos nortes do processo de construção do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) em 2009 (desmembrando o setor museológico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e do Estatuto de Museus, passando a entender os museus como práticas e processos socioculturais colocados a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, politicamente comprometidos com a gestão democrática. Partindo da ideia de museu como instituição

de caráter de movimento social, de ação que extrapola as molduras políticas convencionais, o Ibram criará no ano de 2009 o Programa Pontos de Memória.

O objetivo principal desta pesquisa é criar uma análise genealógica da documentação que tange a criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e do Programa Pontos de Memória, assim como quais desdobramentos tais iniciativas públicas e comunitárias obtiveram após suas respectivas ações. Pretende-se identificar alguns dos discursos utilizados quando se deram na criação do Instituto Brasileiro de Museus e de como tal instituição se configurou para criar o Programa Pontos de Memória, analisando a aplicação desse projeto na comunidade do Coque, na cidade do Recife, capital de Pernambuco.

### **A CRIAÇÃO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (Ibram)**

A criação do Ibram não se deu de forma consensual. O surgimento de uma autarquia de dentro de uma instituição com mais de 60 anos como o IPHAN dificilmente ocorreria sem disputas. A Política Nacional de Museus, que teve como um de seus idealizadores o sociólogo José do Nascimento Júnior, Diretor do Departamento de Museus do IPHAN entre os anos de 2003 a 2009, Coordenador da Política Nacional de Museus (2003-2013) e Presidente do Ibram (2009-2013). Segundo o professor, “O programa de governo do Presidente Lula já falava na criação de uma fundação ou de um instituto [...] já começou uma discussão do que seria com muita resistência do IPHAN”<sup>2</sup>.

A Política Nacional de Museus influenciou uma maior atenção do IPHAN para que houvesse a criação de diversos outros tipos de políticas relacionadas a ações no que tange à preservação do patrimônio material, imaterial, arqueológico e aos próprios museus, por áreas específicas, pois antes dentro do IPHAN não havia essa setorização de ações. Segundo a PNM,

Um dos primeiros desdobramentos da Política Nacional de Museus foi a criação do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) no âmbito do IPHAN, em 2003. A singularidade do conjunto de museus do IPHAN e a inexistência formal de um setor na área federal voltado às ações no campo da museologia, eram motivos suficientes para a

---

<sup>2</sup> Entrevista com o Professor José do Nascimento Júnior em 22 de abril de 2019 na cidade do Rio de Janeiro – RJ (Brasil).

criação do DEMU. Apesar de tudo isso, as gestões anteriores no MinC não tiveram sensibilidade para mudar esta realidade. (2007, p. 29)

Os idealizadores da Política Nacional de Museus apontam os problemas de gestão do IPHAN a respeito da desvalorização que os museus federais, atrelados ao IPHAN, quanto os museus regionais que serviam como interlocutores das políticas do IPHAN a nível local, se encontravam naquele momento. Segundo José do Nascimento Júnior, “os museus regionais eram desconsiderados pelo IPHAN [...]. Eles não tinham DAS’s, que são designados. Para você ver que não tinha um desdobramento de valorização da gestão”<sup>3</sup>. . Tais afirmações, assim como a elaboração do projeto de criação por parte do governo para a aprovação da criação do Ibram, fizeram surgir disputas de poder dentro do IPHAN. Sobre poder, Michel Foucault, em *A Ordem do Discurso*, afirma que

“em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (1996, p. 8-9).

Ou seja, se compreende o discurso como campo de força, que produz uma ideia de verdade. Foucault analisa a criação dos mecanismos de poder e da forma como os mesmos são exercidos, utilizando o que ele chama de mecanismos de repressão os exemplos para se tentar compreender de que forma tal poder foi estabelecido. Os saberes até então marginalizados, através de suas estratégias, ganharam projeção a partir do que ele chamou de insurreição dos saberes (a genealogia), a possibilidade de assumirem os mesmos papéis do que até então combatiam: um discurso hegemônico. Percebe-se dentro dos processos de dissidências ocorridos em instituições, o surgimento de discursos contra hegemônicos que, na maioria das vezes, provocam conflitos de poder.

O discurso para a criação da Política Nacional de Museus era baseado nas propostas da UNESCO de uma política cultural mais inclusiva, democrática, em que a diversidade cultural brasileira fosse representada nas mais variadas formas de difusão, como por exemplo, nos museus. Em atendimento à PNM, e como um primeiro passo de criação de um órgão específico para a gestão de políticas públicas para os museus, foi

---

<sup>3</sup> Entrevista com o Professor José do Nascimento Júnior em 22 de abril de 2019 na cidade do Rio de Janeiro – RJ (Brasil).

criado o Departamento de Museus e Centros Culturais (Demu) em 2004, no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). No entanto, disputas dentro desse departamento começavam a ocorrer devido às discussões a respeito da possível criação de uma autarquia vinculada ao Ministério da Cultura, responsável pelo setor museológico especificamente, desvinculando-se do IPHAN. Tem início ao projeto de criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Uma das justificativas para a criação do IBRAM dentro do projeto de lei era a de que:

Os museus brasileiros possuem estruturas organizacionais frágeis, uma vez que muitos não são institucionalizados, ou seja, funcionam sem registro, estatuto e regimentos. A ausência de padrões e normas no setor museológico possibilita a evasão e dispersão de acervos relevantes para o reconhecimento e disseminação da identidade e da história nacional. Ademais, para que os museus brasileiros estejam articulados entre si, garantindo o intercâmbio e parcerias horizontais entre o poder público, as instituições privadas e a sociedade civil, torna-se imprescindível avançar nos aspectos legais que garantam, ao mesmo tempo, a organicidade do sistema e a manutenção e a difusão da diversidade cultural brasileira. Assim, a normatização da área de museus trará ganhos substantivos para a organização e gestão do setor. (BRASIL, 2008, p. 9)

O campo museológico brasileiro passa a ser disputado por aqueles que querem mantê-lo atrelado ao IPHAN e por aqueles que defendem a criação do Ibram. A criação de uma nova autarquia era preterida pelo governo. “O ministro Gilberto Gil queria, o governo (Lula) queria, independente da opinião do IPHAN”<sup>4</sup>. Discursos passam a ser criados a favor e contra a criação do Ibram. Representantes do Congresso Nacional, em maioria da situação, saem em defesa da criação da nova autarquia. No ano de 2008, a deputada federal Alice Portugal, do PCdoB/BA, entrou com um requerimento de realização de audiência pública da Comissão de Educação e Cultura, a fim de discutir o projeto de criação do Instituto Brasileiro de Museus. Segundo a deputada,

O Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM é uma proposta que vem se delineando desde a criação da Política Brasileira de Museus, mas que ainda é bastante desconhecida pela sociedade, pela maioria dos profissionais de museus e pelo próprio Congresso Nacional. (BRASIL, 2008)

---

<sup>4</sup> Entrevista com o Professor José do Nascimento Júnior em 22 de abril de 2019 na cidade do Rio de Janeiro – RJ (Brasil).

O autor da Proposta de Emenda 5016 – Comissão de Educação e Cultura 390 de 273 à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano de 2009, que tinha como objetivo a criação do Instituto Brasileiro de Museus, foi o Deputado Federal Angelo Vanhoni, do PT/PR, assim como será o relator do projeto. A autoria do projeto foi da Presidência da República, conforme consta na Secretaria-Geral da Mesa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura -2008, Resenha Mensal (269, II, do RISF) do Senado Federal:

Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2008 (nº 3.951/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. (BRASIL, 2008, p. 22)

Tais disputas de poder dentro do campo museológico brasileiro remetem ao que Foucault (1996) classifica sobre a linguagem criada através o discurso que constrói uma identidade através das palavras, e marginaliza outros pontos de vista como fruto de uma relação de poder. Ele afirma que o que se vê são as construções das nossas relações e, no caso das instituições, tais construções funcionam e operam pelas forças que as conduzem. “[...]distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem e reconstituir os fios que os ligam e que fazem com que se engendram, uns a partir dos outros.” (2017, p. 40-41)

A discussão na Câmara Federal se deu em 11 de dezembro de 2008, com um único depoimento contrário a criação do Ibram proferido pelo deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), que critica principalmente a criação de cargos de confiança para museus. Segundo o deputado:

Esse governo chega a esse extremo: cria cargo de confiança para dirigir museu! Será que um diretor, um gerente ou um guia de museu tem de ser de confiança do presidente da República? Eu não posso ser a favor disso. Cargo de confiança é para ministro, cargo de confiança é para pessoas que estão dando orientação política do governo – disse Aleluia, acrescentando: – Museu? Realmente não posso ser a favor. Meu partido não vai obstruir, mas isso é radicalmente contra os interesses do povo, do povo que está perdendo emprego. (BRASIL, 2008)

Após a matéria ir ao Senado, o projeto é transformado na Lei Ordinária 11906 de 20 de janeiro de 2009, na qual se estabelece:

Art. 2º Para os fins desta Lei, são consideradas “as instituições museológicas: os centros culturais e de práticas sociais, colocadas a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento[...], Art. 3º, IX – garantir os direitos das comunidades organizadas de opinar sobre os processos de identificação e definição do patrimônio a ser musealizado [...]; Art. 8º, O Instituto Brasileiro de Museus sucederá o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN nos direitos, deveres e obrigações decorrentes de convênios ou outros instrumentos firmados [...]. (BRASIL, 2009)

Percebe-se no processo de desmembramento do setor museológico do IPHAN para a criação do Ibram uma disputa de forças políticas pela aquisição de um determinado grupo dissidente o controle desse determinado setor. No Ibram, além dos cargos e funções remanejados do IPHAN, o Projeto de Lei previa para compor o Instituto, a criação de 86 novos cargos e 59 funções gratificadas. No total, somados os cargos criados com aqueles provenientes do IPHAN, o Ibram contará com uma estrutura composta por 120 cargos comissionados e 59 funções gratificadas. Tais perdas provocarão resistência por parte de membros do IPHAN que temiam perda de poder e recursos, mesmo o projeto de criação do Ibram também viabilizar uma maior atenção para as necessidades de recursos financeiros e de corpo técnico no IPHAN. No mesmo ano de 2009, após sua criação, o Ibram implementará um dos seus primeiros projetos: o Programa Pontos de Memória.

### **O PROGRAMA PONTOS DE MEMÓRIA**

Partindo da ideia de museu como instituição de caráter de movimento social, de ação que extrapola as molduras políticas convencionais, o Ibram cria no ano de 2009 o Programas Pontos de Memória, resultado da parceria entre os Programas Mais Cultura, do Ministério da Cultura e do Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania – PRONASCI, do Ministério da Justiça, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de uma política pública de direito à memória, com base no Plano Nacional Setorial de Museus e Plano Nacional de Cultura, como um programa que pretende atender os diferentes grupos sociais do Brasil que não tiveram a oportunidade de narrar e expor suas próprias histórias, memórias e patrimônios nos museus.

O Programa Pontos de Memória atuava em três eixos articulados: Mapeamento das iniciativas, Intercâmbio e capacitação em rede e Fomento. Para se constituir um Ponto de Memória, as iniciativas tiveram de se submeter a um edital, entre os anos de 2011 a

2016. Um dos Pontos de Memória do Ibram, o Ponto de Memória Museu Mangue do Coque, comunidade localizada na cidade do Recife, em Pernambuco, fez parte dos 12 pontos pioneiros do programa, não passando por submissão em edital, ainda em 2009. Um dos pré-requisitos utilizados para tal convite feito pelo Ibram, foi o seu alto índice de violência e baixo Índice de Desenvolvimento Humano. O objetivo era estimular tais iniciativas, a fim de fomentar sua continuidade e sustentabilidade na perspectiva da museologia social, comprovando suas respectivas atuações na área cultural e social. Em Pontos de Memória Metodologia e Práticas em Museologia Social (2016), a partir da implantação do programa realizado entre 2009 e 2013, conseguiram promover:

- Conhecimento e valorização da memória local;
  - Fortalecimento das tradições locais, da identidade e dos laços de pertencimento;
  - Valorização do potencial local, impulso ao turismo e à economia local;
  - Desenvolvimento sustentável das localidades;
  - Melhoria da qualidade de vida, com redução da pobreza e da violência.
- (2016, p.9)

O programa propõe se tornar o grande diferencial do Ibram, com a proposta de “[...] possibilitar a multiplicação das fontes de fomento para o trabalho com a memória social” (2016, p.10), concretizando um dos objetivos do Plano Nacional de Museus, quando o então ministro da cultura na época, Gilberto Gil, afirma que “os museus são pontos de cultura e interessa tocá-los de acordo com a compreensão ampla do que chamei do-in antropológico (no caso, do-in museológico)”. (2007, p. 11).

Outro argumento defendido pelos idealizadores do Ibram é o da criação de projetos voltados para uma maior participação das diversas comunidades brasileiras na reconstrução de suas memórias e no desenvolvimento de museus comunitários que, em 2009, cria o Programa Pontos de Memória. No entanto, o Demu-IPHAN já desenvolvia um projeto relacionado à essa mesma instância. Segundo uma publicação no portal do IPHAN, de 22 de janeiro de 2007 intitulada Rede Museus, Memória e Movimentos Sociais, havia “uma agenda de desenvolvimento de projetos voltados especialmente para comunidades populares e movimentos sociais a partir da troca de experiências entre instituições que atuam no campo da cultura, memória e patrimônio.” (IPHAN, 2007)

As metodologias utilizadas em ambos os projetos, assim como os interesses em maior ou menor instância no desenvolvimento de tais projetos comunitários de memória provavelmente foram diferentes, se percebendo no programa do Ibram um novo perfil que, “[...]conduz à redefinição de papéis, [...] acentuando, portanto, o interesse do Instituto na criação de instrumentos de difusão da metodologia do programa” (2016, p. 10). Porém, no caso da comunidade do Coque em Recife, a iniciativa de se criar um Ponto de Memória gerou conflitos entre a comunidade. Divergências em relação aos pré-requisitos do Programa foram constantes. No Coque surge um outro projeto museal intitulado Museu da Beira da Linha do Coque, por membros dissidentes do primeiro projeto, intitulado Museu Mangue do Coque.

Em “Pontos de memória: metodologia e práticas em museologia social” (2016), o Ibram atribui ao Ponto de Memória Museu Mangue do Coque à chamada Etapa 2, que seria das ações museais, que “compreendem todas as formas e processos criativos de atividades comunitárias de registro, reconhecimento e valorização da memória local, realizadas e promovidas pelos Pontos de Memória. “ (2016, p. 29) O Coque enfrenta desde o século passado um processo de resistência à especulação imobiliária em seu território, assim como uma grande hostilização na cidade, sempre a classificando como um local violento, inclusive pela imprensa e, segundo os moradores, até mesmo pela academia. A criação de um ponto de memória articulado pelo Ibram passa a ser visto pela comunidade como mais uma alternativa de luta. Muitos desses pontos de memória terão por objetivo se configurarem enquanto museus comunitários, como foi o caso Mangue do Coque. Odalice Priosti, em sua tese intitulada “Memória, comunidade e hibridação: museologia da libertação e estratégias de resistência” (2010) ao proporcionar à comunidade utilizar o museu como espaço de representação e afirmação, participando de decisões coletivas sobre temáticas e do desenrolar de ações em função dos interesses da comunidade afirma que

Os museus comunitários se instituem como uma estratégia de resistência política aos modos de produção da subjetividade – e da memória – pelo poder. Eles intuem que a não participação ou a passividade das comunidades, face às decisões que afetam seu cotidiano reflete uma situação na qual as subjetividades se recolhem ou se deixam amortecer, ainda que temporariamente. (2010, p. 87)

A heterogeneidade presente nestas comunidades, com interesses diversos por parte de seus habitantes, mesmo estando todo território vivenciando uma problemática em comum (como por exemplo, da especulação imobiliária) podem provocar disputas em seu interior. Para Vanessa da Silva, uma das integrantes do Conselho Gestor do Museu Mangue do Coque,

“O Programa Pontos de Memória foi uma importante ferramenta de apoio para as comunidades. No entanto, houve uma divisão da mesma entre aqueles que detinham o acervo material de parte da memória local e aqueles que quiseram continuar apoiando o Ibram. Essa rivalidade de grupos enfraqueceu o projeto”.<sup>5</sup>

O Conselho Gestor do Ponto de Memória aponta como umas de suas dificuldades “as mudanças da equipe do Ibram e do Minc, a burocracia, o primeiro módulo do Conselho Gestor que não funcionou e a disputa interna pelo poder”. (2016, p. 87)

Rildo Fernandes, Moisés Francisco e outros moradores da comunidade criam, posteriormente, o Museu da Beira da Linha do Coque, que teve como principal característica ser um museu audiovisual e itinerante. O objetivo principal do projeto era exibir em projeções dentro e fora do Coque as memórias locais através de um projeto chamado “Contadoras e Contadores de História do Coque”. Mesmo sem o apoio institucional do Ibram, o Museu da Beira da Linha do Coque conseguiu ter uma participação política bem mais intensa dentro da comunidade do que o Museu Mangue do Coque, envolvendo-se com diversas outras causas relacionadas à comunidade, com o apoio do Ponto de Cultura Espaço Livre do Coque, criado pelos próprios moradores. Isso, contudo, não descarta os esforços de ambos os projetos em reconstruir a memória local como forma de resistência.

O historiador Reinhart Koselleck considera que as experiências vividas são quem proporcionam o ensinamento histórico, sendo a velha história (Historie) esvaziada, e surge uma nova forma de se analisar a relação entre passado e futuro: a história em si. Koselleck afirma que uma expectativa jamais pode ser deduzida totalmente da experiência, pois a presença do passado é diferente da presença do futuro. Apesar dos prognósticos serem possíveis, o futuro, como algo que não pode ser experimentado, não

---

<sup>5</sup> Entrevista com Vanessa da Silva em 7 de fevereiro de 2019 na cidade do Recife-PE (Brasil)

permite a possibilidade de decifrá-lo (2006). Apesar de os prognósticos serem liberados pela experiência, o horizonte de expectativa nunca vai ser determinado pelo espaço de experiência. “Não há expectativa sem experiência, não há experiência sem expectativa (2006, p. 307). Portanto, o imprevisto do acaso se torna o fundamento da História, um conceito ligado à perspectiva. Os prognósticos criados para a efetivação do Ponto de Memória na comunidade do Coque não ocorrem conforme as expectativas. No entanto, isso não se significa algo necessariamente negativo, tendo em vista que uma mobilização em torno da reconstrução da memória local passa a estimular, mesmo em um processo de litígio, a apropriação dessa comunidade de sua importância.

Reconstruir a memória de uma comunidade tão heterogênea é um constante desafio, pois “a população não é um todo homogêneo, ao contrário, é composta de orientações e interesses múltiplos e muitas vezes conflitantes” (CHAGAS, 2002. p. 61-62).

## **CONSIDERAÇÕES**

Percebe-se que, tanto no processo de criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e sua dissidência em relação ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como na criação do Programa Pontos de Memória do Ibram e a dissidência ocorrida na comunidade do Coque em Recife-PE, entre o Museu Mangue do Coque e o Museu da Beira da Linha do Coque, a tensão entre o sujeito e as relações/redes nas quais o tal sujeito está inserido, onde a história se desenvolve através do acaso das lutas que permeiam as relações de poder.

Com apenas 10 anos de existência, o Ibram quase foi extinto no ano de 2018 com a criação da Medida Provisória nº 850, de 2018, que autorizaria o Poder Executivo federal a instituir a Agência Brasileira de Museus - Abram e dá outras providências. Segundo o Ministro da Cultura na época, Sérgio Sá Leitão, “a criação da Abram é necessária para atender à necessidade de mudar o atual modelo de gestão, governança e sustentabilidade dos museus brasileiros, garantindo fonte contínua de recursos”. (IBRAM, 2018). Segundo especialistas, essa medida fragilizaria o setor museológico que a tão pouco tempo conseguiu instituir um órgão exclusivo para os museus brasileiros e que, ao invés de

extingui-lo, deve-se fortalece-lo. Tal medida, assim como outras passadas, mostra ainda o caráter frágil em que se encontra as políticas culturais no Brasil, tanto a nível federal quanto estadual e municipal.

Sobre o museu comunitário enquanto novo dispositivo de memória, Bruno Brulon Soares afirma que

Politicamente ele tinha como objetivo maior o de mudar as formas do jogo de poder estabelecido em uma comunidade, tornando a totalidade da população consciente de sua autonomia e de seu próprio desenvolvimento. Mas essa seria uma iniciativa de alguns líderes e especialistas que se dedicariam ao projeto, buscando a mobilização mais ampla do grupo. (2014, p. 41)

Ou seja, as mudanças das regras do jogo, não necessariamente deixaram de ser verticalizadas por ser um projeto de caráter comunitário e de comum acordo, assim como a institucionalização dessas iniciativas não necessariamente iriam garantir a estabilidade das mesmas. O projeto de institucionalização do Programa Pontos de Memória (Portaria nº 315, de 6 de setembro de 2017), por exemplo, pode não só estabelecer uma relação mais estreita com o Ibram no que diz respeito à uma sobrevivência desses pontos como também ao próprio estreitamento da autonomia dos mesmos, criando novos conflitos.

## **REFERÊNCIAS:**

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública.** Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 04 de agosto de 2019.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Política nacional de museus / organização e textos,** José do Nascimento Junior, Mário de Souza Chagas. – Brasília, DF: MinC, 2007. Acesso em: 02 de julho de 2019.

BRASIL. Câmara Legislativa. **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA CÂMARA REQUERIMENTO Nº DE 2008. (Da Sra. Alice Portugal). Requer a realização de Audiência Pública da Comissão de Educação e Cultura da Câmara**

**dos Deputados destinada a discutir o projeto de criação do Instituto Brasileiro de Museus.** Brasília, DF, 2008. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=75E64E90595AEF380C95252F652134FF.proposicoesWebExterno1?codteor=542486&filename=REQ+130/2008+CE](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=75E64E90595AEF380C95252F652134FF.proposicoesWebExterno1?codteor=542486&filename=REQ+130/2008+CE). Acesso em: 04 de julho de 2019.

BRASIL, Câmara Legislativa. **Discussão do Projeto de Lei 3.951 de 2008 (Cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, cria quatrocentos e vinte e cinco cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências).** Brasília, DF, 11 de dezembro de 2008. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=316.2.53.O&nuQuarto=75&nuOrador=2&nuInsercao=36&dtHorarioQuarto=11:30&sgFaseSessao=OD&Data=11/12/2008&txApelido=JOS%C3%89%20CARLOS%20ALELUIA.%20DEMBA&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=11:30&txEtapa=> . Acesso em: 03 de julho de 2019.

BRASIL. Câmara Legislativa. **PROJETO DE LEI. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, cria quatrocentos e vinte e cinco cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.** Brasília, DF, 13 de maio de 2008. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=1288A3D7731A086DC00DBD8904A1C206.proposicoesWebExterno1?codteor=595191&filename=PL+3951/2008](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=1288A3D7731A086DC00DBD8904A1C206.proposicoesWebExterno1?codteor=595191&filename=PL+3951/2008). Acesso em: 03 de julho de 2019.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2008 (nº 3.951/2008, na Casa de origem).** Brasília, DF, 17 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/sgm/200812-Dezembro.pdf>. Acesso em: 03 de julho de 2019.

BRASIL. Câmara Legislativa. Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. **Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM.** Brasília, DF, jan 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm). Acesso em: 30 de junho de 2019.

BRASIL. Portaria nº 315, de 06 de setembro de 2017. **Dispõe sobre a instituição do Programa Pontos de Memória no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM e dá outras providências.** Brasília, DF, set 2017. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=6&data=11/09/2017>. Acesso em: 02 de julho de 2019.

BRASIL. Medida Provisória nº 850, de 2018 (Agência Brasileira de Museus). **Autoriza o Poder Executivo federal a instituir a Agência Brasileira de Museus - Abram e dá outras providências.** Brasília, DF, Prazos abertos 11/09/2018 - 20/02/2019. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/134245>. Acesso em: 02 de julho de 2019.

BRULON SOARES, B.C. **Os mitos do ecomuseu: entre a representação e a realidade dos museus comunitários.** In: MUSAS - Revista Brasileira de Museus e Museologia, n.6, 2014. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2014.

BRULON, Bruno. **A invenção do Ecomuseu: o caso do Écomusée du Creusot Montceau-les-Mines e a prática da museologia experimental.** Mana, n. 21, vol. 2, 2015, pp.267-295.

CHAGAS, Mário de Souza. **Memória e poder: dois movimentos.** Caderno de Sociomuseologia. Nº19, 2002. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/36> . Acesso em: 03 de agosto de 2019.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso.** São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel, 1926-1984. **Microfísica do poder/Michel Foucault; 6ª ed.** Organização, introdução e revisão técnica de Roberto de Machado. – 6ª ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

IPHAN. **Rede Museus, Memória e Movimentos Sociais**. Publicado em 22 de janeiro de 2007. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1769/rede-museus-memoria-e-movimentos-sociais>. Acesso em: 04 de agosto de 2019.

JULIÃO, Letícia. **Apontamentos sobre a história do museu**. In: Caderno de Diretrizes Museológicas. Brasília: MinC/Iphan/Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006, p. 19-31.

KOSELLECK, Reinhart, 1923-2006. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos** / Reinhart Koselleck; tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. – Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

ORGANIZAÇÃO DO ESTADOS IBERO-AMERICANOS. **Pontos de memória: metodologia e práticas em museologia social** / Instituto Brasileiro de Museus, Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura. – Brasília (DF): Phábrica, 2016.

POULOT, Dominique. **Museu e museologia** / Dominique Polot ; tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. – Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2013. – (Coleção Ensaio Geral).

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Entre o tronco e os Atabaques: a representação do negro nos Museus Brasileiros**. Colóquio Internacional Projeto UNESCO: 50 anos depois. Salvador, 2004.